



# REVISTA DO IGHA

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS

98º ANO DA SUA FUNDAÇÃO - FASE IV - Nº 05 - ANO II

JAN / FEV / MAR 2015



FUNDADO EM 25 DE MARÇO DE 1917

ÓRGÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PELAS LEIS: ESTADUAL Nº 892, DE 24 DE AGOSTO DE 1917

E MUNICIPAL Nº 1.071, DE 22 DE OUTUBRO DE 1973

MANAUS - AMAZONAS - BRASIL

## SUMÁRIO

EDITORIAL	7
SÓCIOS FUNDADORES DO IGHA 1917	9
UM ESCORÇO SOBRE O IGHA	12
AS MAROMBAS	15
A AMAZÔNIA HÁ BILHÕES DE ANOS	22
COMO MORREU O CONDE STRADELLI	27
OS MOVIMENTOS MESSIÂNICOS DO ALTO RIO NEGRO	35
CIENTISTAS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX FORJADOS NA AMAZONIA	48
ADERSON MENEZES	66
OS JUDEUS EM ITACOATIARA	73
EDGARD ROQUETTE PINTO	82
RORAIMA E SUA IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA	91
UM OLHAR PELA MANAUS ANTIGA.	114
REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E HISTÓRICAS DAS PATOLOGIAS DA TIREÓIDE – PARTE I – ANTIGUIDADE	120
GABRIEL SOARES DE SOUZA	133
A ADESÃO DO AMAZONAS À INDEPENDÊNCIA	139
PEÇAS DO ACERVO DO MUSEU DO IGHA	148

Copyright@ Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

Organização **ANTONIO JOSÉ SOUTO LOUREIRO**

Capa **FERNANDO SHOJI JUNIOR**

Ficha Catalográfica **GERALDO XAVIER DOS ANJOS**

Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas/Publicação do IGHA. Fase IV – Janeiro-Fevereiro-Março de 2015 – Ano II – nº 5 – Manaus: Editora Grafisa, 2015.

p.150

1. História do Amazonas 2. Cultura Amazônica 3. Amazonas Memória. Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – Periódico.

ISSN2357-7231

Para consulta aos autores:  
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA  
Rua Bernardo Ramos, 117.  
69.005-310 – Centro – Manaus – Amazonas  
igha.manaus@gmail.com  
Fone – 92-99164-6428

## **RORAIMA E SUA IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA**

### **Jaime de Agostinho**

Doutor em Ciências (Geografia Humana) pela USP

Professor Associado do Depto. de Geografia da Universidade Federal de Roraima

Presidente da Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia - ECOAMAZONIA

[jaimeagostinho@hotmail.com](mailto:jaimeagostinho@hotmail.com)

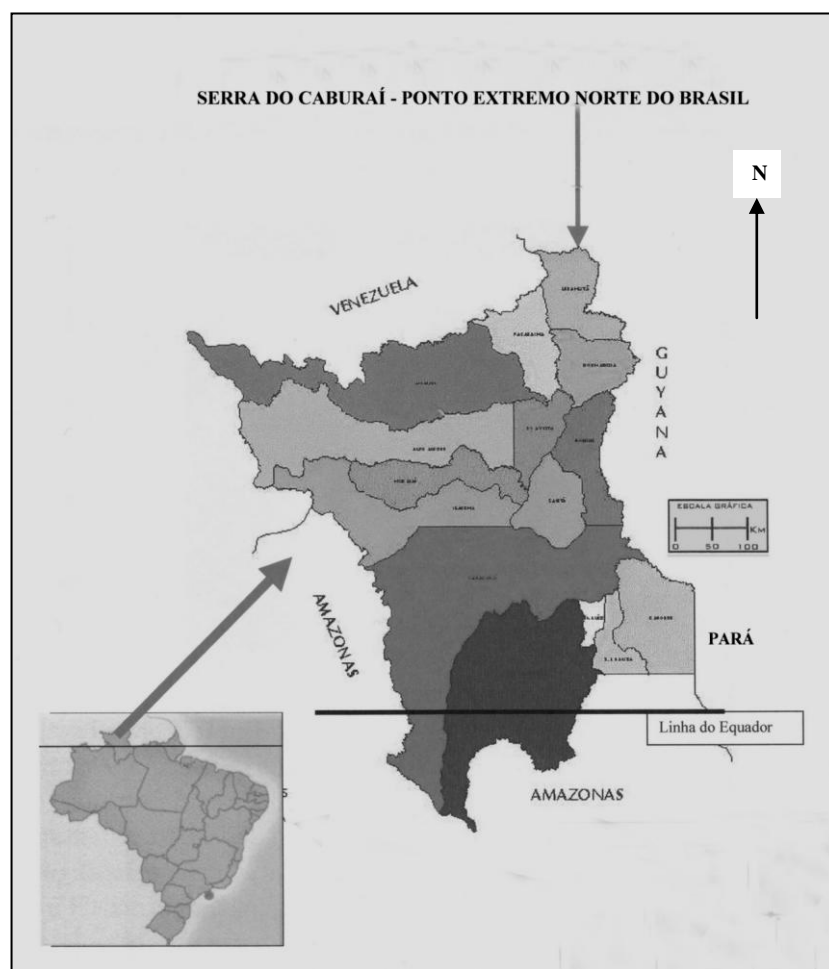
### **Generalidades**

O Estado de Roraima com uma área total de 224.298,98 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2012) tendendo haver uma redução para 219.000 km<sup>2</sup> devido ajustes na linha de fronteira com a Venezuela na área da Serra do Parima. Limita-se com a Venezuela ao Norte e Oeste; com a República Cooperativista da Guayana a Leste e Nordeste; com o Estado do Amazonas ao Sul e Sudeste e com o Estado do Pará a Sudeste. É o Estado mais setentrional do Brasil, com quase dois terços de sua área no hemisfério Norte. (Figura 1). O ponto extremo Norte do Brasil localiza-se em Roraima, na Serra do Caburá alcançando 5° 16'19 "de latitude Norte (AGUIAR, 1943), sendo que a mídia nacional ainda divulga erroneamente a expressão de extensão Norte Sul do País, como sendo do Oiapoque ao Chuí, enquanto que o correto deveria ser da Serra do Caburá ao Arroio Chui. Esta informação, que não é nova, mostra que este conceito deve ser revisto urgentemente pelos autores de nossos livros didáticos adotados principalmente nas escolas do Estado e em outras regiões do país que colocam a nascente do Rio Uailã como o ponto extremo Norte do país.

Nos últimos anos foram geradas informações inverídicas e até fantasiosas, divulgadas principalmente por jornalistas e fotógrafos que chamam para si a "descoberta" do ponto extremo do país, o que estaria modificando a Geografia brasileira. Tudo isto em função de uma fracassada expedição em 1998 que não chegou ao ponto extremo Norte do Brasil, criando outro ponto e novo marco a centenas de metros do original. Somente em outubro de 2013 é que um pequeno grupo de excursionistas com ajuda de indígenas ingaricós da comunidade Manalai e com poucos recursos localizaram o marco original implantado por Braz Dias de Aguiar em 1931. Existem também educadores mal

informados declarando que somente a partir de 1 998, é que os livros didáticos foram alterados pelo MEC, desconhecendo que diversos Atlas e livros didáticos de Geografia têm mostrado há décadas que o ponto extremo Norte do Brasil está na Serra do Caburaí em função de inúmeros trabalhos divulgados pelo IBGE a partir da década de 40.

**FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO ESTADO DE RORAIMA**



**Fonte: Agostinho, 2001**

Boa Vista, a capital do Estado liga-se a Manaus através da BR-174, rodovia já asfaltada, a uma distância de menos de 750 km, a partir da capital de Roraima. Também é de grande importância estratégica da rodovia BR 210 (Perimetral Norte) que possui boa trafegabilidade em mais de 100 km de Novo Paraíso (BR-174) até Entre Rios, no Sul do Estado, sendo que o traçado para esta rodovia (Perimetral Norte) na década de 70 passaria relativamente próximo do Sul da região de disputa entre Venezuela e Guayana e também de outra área litigiosa entre o Suriname e Guayana (Coureyne New) muito rica em ouro,

diamante e bauxita. Esta Rodovia, estendida em aproximadamente 400 km poderia ligar-se ao Porto Trombetas, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce no rio de mesmo nome, dando uma melhor alternativa para esta área que considerada pelo Projeto RADAMBRASIL na década de 60 como uma grande província mineral. (AGOSTINHO, 2001,2010).

Quanto a sua posição geográfica e geopolítica Roraima é hoje, sem sombra de dúvida uma das áreas mais estratégicas quanto à localização em toda a Amazônia Ocidental, tanto em aspectos geopolíticos, militares, como principalmente econômicos, sendo que sua capital Boa Vista dista aproximadamente a 400 km do porto fluvial de Linden, 600 km de Georgetown e menos de 700 km do futuro porto de águas profundas de Barbice, todos localizados na República Cooperativista da Guyana, necessitando para a sua total conexão com o Brasil a conclusão da malha rodoviária guianense. Já existem mais de 150 km asfaltados no lado brasileiro (BR-401), além da ponte internacional sobre o Rio Tacutu, ligando Bonfim no Brasil com Lethen na Guyana. Esta ligação será de importância vital para a ligação de toda a Amazônia Ocidental com o Atlântico e daí para a Europa, Estados Unidos e Ásia. Além disto, a Guyana faz parte e é sede do CARICON, bloco econômico que envolve praticamente todos os países do Caribe e tem proteções comerciais e tarifárias dos Estados Unidos.

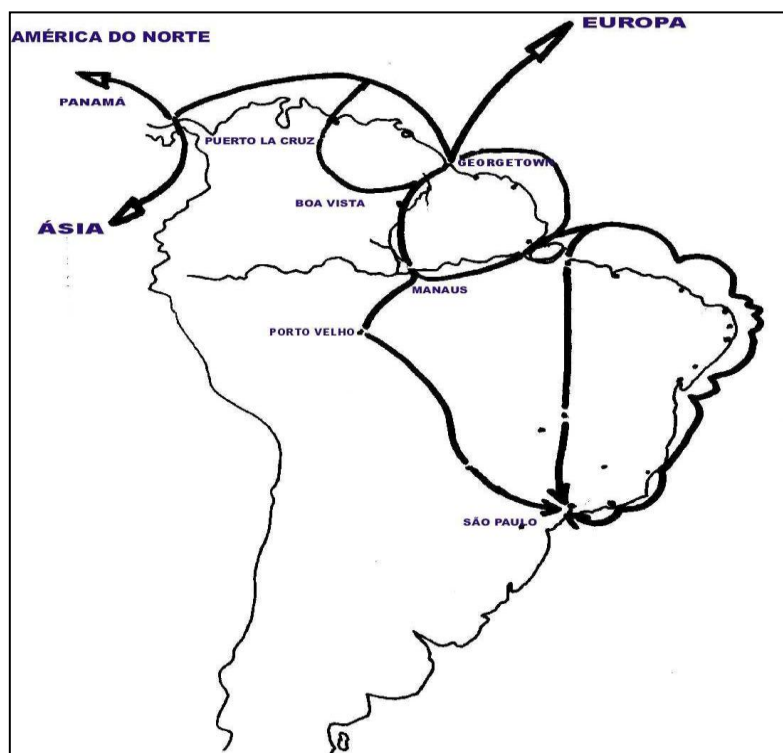
Da mesma forma a capital do Estado está a 200 km de Santa Elena do Uairén, no Sul da Venezuela, ligação através de rodovia asfaltada. O porto marítimo venezuelano de Puerto La Cruz dista menos de 1.500 km, enquanto que o porto fluvial de Puerto Ordaz fica a somente 650 km de Boa Vista, também por asfalto. Com o recente ingresso da Venezuela no Mercosul, Roraima será o elo entre os mercados do resto do Brasil e dos países platinos. A interconexão da Venezuela com os países do Pacto Andino ajudará a fechar o imenso ciclo comercial da América do Sul. A tabela 1 mostra de uma forma resumida as principais distâncias de Boa Vista ao Porto do Panamá, separadas por diversos modos de transportes onde é destacada a importância da ligação Boa Vista - Georgetown como a mais economicamente viável, devido menor custos da navegação marítima que seria utilizada na maior parte do trajeto.

**TABELA 1 – DISTÂNCIAS DE BOA VISTA AO PANAMÁ ( km)**

ROTA / VIA → ↓	MANAUS	PUERTO LA CRUZ	GEORGETOWN
ESTRADA	750	1.500	500
RIO	1.800	-----	-----
MAR	5.200	1.800	3.300
<b>BOA VISTA-PANAMÁ</b>	<b>7.750</b>	<b>3.300</b>	<b>3.800</b>

A Figura 2 nos dá uma idéia da perfeita localização geopolítica de Boa Vista em relação à América do Sul, mostrando a sua importância na ligação do Norte do Brasil Central e da Amazônia Ocidental com a Europa, América e Oriente. A ligação curta e rápida de Boa Vista com o Panamá poderá auxiliar bastante na definição de políticas que visem a consolidação da já criada Zona de Processamento de Exportação de Boa Vista.

**FIGURA 2 – ARTICULAÇÃO REGIONAL DE BOA VISTA**



Fonte: Agostinho,2001

**Evolução da ocupação do Vale do Rio Branco**

Historicamente o vale do Rio Branco sempre teve uma grande importância geopolítica estratégica devida ser o elo entre a Amazônia Ocidental Brasileira com o Oceano Atlântico. O “circuito da grande Ilha da Guiana” composto pelos rios Orinoco, Uraricoera, Tacutu, Rupununi e Essequibo, passando pela costa atlântica já era utilizado há séculos pelas populações primitivas da área.

Toda a bacia do alto Rio Branco na época anterior a 1 500 era utilizada como área de passagem de grupos indígenas denominados caribes, caracterizados por serem exploradores ou caçadores - coletores, que através do Rio Orinoco atingiam os rios Caura, Paragua e Caroni, chegando até os rios Uraricoera, Tacutú e Rupununi. Nestas incursões, após a subida pelas altas cabeceiras do Rio Orinoco atravessavam a pé a área de savana (lavrado) do Norte/Nordeste de Roraima e chegavam à Bacia do Rio Essequibo, indo daí facilmente de volta à costa onde retomavam às suas áreas de origem.

Com a chegada dos espanhóis na região do Caribe a partir de 1522, os índios Tainos, (MANN, 2012) que eram os principais habitantes do litoral caribenho, do tronco lingüístico aruaque foram sendo exterminados ou forçados a se retirarem para o interior, fugindo através das vias de circulação já tradicionalmente utilizadas. Diversas etnias do mesmo, principalmente macuxis, do tronco lingüístico dos caribes, também foram empurradas pela violenta ocupação dos espanhóis para o Sul da bacia do Rio Orinoco, chegando através de grupos cada vez mais numerosos à área até então de domínio dos aruaques, provocando inúmeras guerras tribais em toda a região do hinterland guianense.

Em 1591, o então governador espanhol de Trinidad, Antonio de Berrio elaborou inúmeros relatos ao rei da Espanha dando ciência das grandes perspectivas de imensas riquezas na região da grande ilha da Guiana, sempre insistindo na existência do El Dorado, as margens de um grande lago com muitos habitantes e muitas riquezas em ouro e pedras preciosas (BERRIO, 1966).

Um dos aventureiros e exploradores que tiveram acesso aos documentos de Berrio onde era narrada a existência da cidade dourada na Guiana foi o inglês Sir Walter Raleigh, (também chamado de Raleigh), um empresário e explorador com experiência militar, favorito da rainha Elizabeth I, fato este que permitiu em 1594, enviar uma expedição liderada por Capitão Jacob Whiddon para a região da Guiana para obter informações sobre

Manoa, que em seu retorno para a Inglaterra relatou muitos detalhes que vieram a reforçar ainda mais o mito do Eldorado (ISHMAEL, 2012).

Raleigh e seus capitães, Lawrence Keymis e George Gifford mais 40 homens usando pequenos barcos realizaram expedição em 1595 até o Orinoco, sofrendo graves privações, incluindo as mortes por doenças de alguns dos seus homens, chegando finalmente a uma aldeia indígena onde receberam a informação da existência de uma grande mina de ouro subindo o rio por quatro dias, mas depois de procurá-la, a expedição não conseguiu nenhum resultado (ISHMAEL, 2012).

Sem sucesso em sua empreitada, Raleigh voltou à Inglaterra com a sensação de que a cidade dourada ainda poderia ser encontrada, e para conseguir ajuda econômica para a empreitada, descreveu a sua viagem até o Orinoco e costa guianense em um livro “The Discoverie of Guiana” onde lança o mito do reino do Eldorado, com uma cidade rica em ouro denominada de Manoa, que estaria localizada no centro da região por ele denominada do grande, rico e belo império da Guiana (RALEIGH, 1986). Os relatos de Raleigh tornaram-se muito populares no continente europeu, encorajando exploradores de prestar maior atenção à Guiana e a partir dos anos 1600, muitos navios ingleses, franceses e holandeses já estavam explorando e negociando na costa Norte da América do Sul e em seus rios (OLIVEIRA, 2011). O importante do livro de Raleigh que além da fantasiosa descrição das riquezas que poderiam existir na região das guianas, descreve uma série de estratégias geopolíticas para o controle daquele extenso território, sugerindo que as conquistas não deveriam ser feitas à força, nem pelo trabalho escravo dos nativos, permitindo extrair as riquezas da região sem maior desgaste. “Os comandantes comerciantes e traficantes que se fizerem sócios dos selvagens no uso da terra terão lucros assegurados por cinco ou sete gerações” (RALEIGH, 2002).

Com a morte de sua protetora Rainha Elizabeth I em 1603, Raleigh foi preso a mando do rei James I ficando até 1617 na Torre de Londres, quando finalmente conseguiu convencer o rei em retornar à Guiana para procurar a cidade dourada o que poderia ajudar a financiar outros projetos reais. O compromisso de Raleigh com o rei James I era a de não combater mais os espanhóis com quem a Inglaterra estava em paz, o que não foi obedecido, tendo sido atacada e destruída pela expedição a colônia de São Tomé, onde morreu em combate o filho de Raleigh. Depois de uma estadia de 26 dias sem sucesso, a expedição

retornou para a Inglaterra onde Raleigh foi condenado sob a acusação de traição, tendo sido decapitado em 1618 para dar satisfação ao rei espanhol (ISHMAEL, 2012).

O estabelecimento de colônias inglesas e holandesas no fim do século XVI na atual região das Guianas mudou o tipo de relacionamento destes novos europeu com o indígena. Na maior parte das vezes os holandeses e ingleses tinham como aliados diversas etnias da área, destacando-se os monaikós, do tronco caribe (BALDWIN, 1946), os quais eram destacados para expedições de captura de escravos indígenas de todo o vale do Rio Branco, vitimando principalmente os aruaques (paravianas, pauxianas, uapixanas e outros). Como troca por estas capturas de cativos, os holandeses forneciam aos indígenas aliados armas de fogo e facões além de gêneros alimentícios, roupas, miçangas e bebidas alcoólicas destacando-se o gim holandês (FERNANDES, 2004).

Ao contrário, os espanhóis provocaram verdadeiro extermínio dos indígenas da bacia do Orinoco através de ações violentas que visavam apoiar as denominadas "encomiendas" tinham como principal objetivo a captura de indígenas para trabalho escravo. O interessante é que eram utilizados os próprios caribes armados pelos espanhóis para a execução desta tarefa. Os portugueses não fugiam muito da linha dos espanhóis com relação aos indígenas, que iniciaram a conquista da região no fim do século XV e durante todo o século XVI, baseando-se nos objetivos de redução dos índios à sujeição portuguesa, captura e comércio de índios escravos através dos denominados "descimentos" além da coleta de drogas do sertão e prospecção mineral, sendo que estas incursões vieram a reduzir drasticamente as populações das pequenas tribos ali existentes e deixando vazias grandes áreas territoriais (RAMINELLI, 1998).

No início do século XVIII a conquista portuguesa encontrou inúmeras dificuldades com as populações nativas na área, principalmente com os indígenas monaikós que tinham seu território principal definido pelas bacias dos rios Maú e alto Essequibo, circulando também com grande facilidade através dos vales dos rios Negro, Jauaperí, Branco e Tacutú, realizando trocas de escravos capturados em suas guerras com outras tribos da região por mercadorias nos postos holandeses pertencentes à Companhia das Índias Ocidentais, destacando-se o de Arinda, na foz do Rio Rupununi.

Neste momento aumentam as preocupações da Coroa Portuguesa com relação à penetração dos Holandeses no Rio Branco, principalmente com as informações recebidas



em 1720 de que o frade carmelita, Jeronymo Coelho, mantinha há algum tempo, através do Tacutu, um comércio intenso e permanente com os holandeses. Para tanto era urgente que aquele grande vazio territorial fosse conhecido, explorado e consolidado como território do reino português.

Durante este período ocorrem as denominadas tropas de resgate, montadas normalmente por particulares que visavam a captura de indígenas para trabalhos forçados além de extração de drogas do sertão. Uma das primeiras tropas de resgate foi a de Manoel Braga que é atacado em 1723 por uma confederação dos manaos, também denominados de monaikós pelos holandeses e ingleses, comandados por Ajuricaba, principal líder do cacicado que tinha o domínio sobre boa parte das populações indígenas das bacias dos rios Negro e Branco. Este fato que gerou uma outra grande expedição militar comandada por Belchior Mendes de Moraes que durante os anos de 1723 a 1729 consegue vencer os indígenas. (BALDWIN, 1946).

Com a prisão e morte de Ajuricaba, líder dos monaikós, aliados dos holandeses, denominados de manaos pelos portugueses, inicia-se no vale do Rio Branco através de religiosos carmelitas um processo denominado de "libertação" dos gentios do Rio Branco, apoiando tropas de resgate que tinham por finalidade grandes operações de captura de escravos, denominadas "descidas", onde milhares de indígenas foram exterminados ou capturados, sendo levados para outras regiões, principalmente Pará e Maranhão. Os remanescentes, que não fugiam para áreas de difícil acesso, foram aldeados e condicionados à agricultura e pesca que fornecia gêneros às tropas portuguesas dos Fortes São Joaquim, no Rio Tacutú e o da Barra, no Rio Negro (REIS, 1960).

Estes aldeamentos produziram uma diminuição brutal destas populações devido às constantes e intensas epidemias de varíola e sarampo que atacavam quase que exclusivamente os indígenas caracterizados por sua baixa resistência orgânica e ao íntimo contato com os portugueses, além de estarem concentrados muitos indivíduos em poucos locais, o que facilitava o mecanismo de transmissão das doenças (RAMINELLI, 1998).

Um pouco mais tarde, em 1736, tendo sido completamente pacificados os manaos, Cristóvão Ayres Botelho inicia a exploração do Rio Branco e afluentes com outra tropa de resgate, seguido posteriormente por Lourenço Beufort, rico fazendeiro do vale do Rio Mearim no Maranhão, que juntamente com Francisco Xavier de Andrade atingem as

cachoeiras do Rio Uraricoera junto à Ilha de Maracá realizam o descimento de centenas de indígenas por eles capturados e que são levados para o Maranhão para trabalho escravo em suas fazendas do Mearim, Maranhão (REIS, 1960).

Francisco Xavier de Andrade organiza novas tropas de resgate em 1744 e sobe novamente o Rio Branco e afluentes, encerrando esta fase que provocou uma intensa depopulação do Rio Branco. Este tipo de ação foi proibida posteriormente por algum tempo pelo denominado Diretório Pombalino de 1757 que abolia o cativo indígena e determinava o pagamento pelos seus trabalhos.

A expedição administrativa do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio – 1744 a 1745 (SAMPAIO, 1985) levantou dados importantíssimos do vale do Rio Branco, tanto em aspectos geográficos, de recursos naturais, economia regional, distribuição demográfica, nominação de etnias e suas localizações e muitos outros aspectos de relevante importância para o domínio português poder melhor administrar e dominar aquele território geográfico.

Já do lado dos espanhóis, Don Manuel Centurión ao assumir a Comandância de Nuevas Poblaciones na Província de Guayana em 1767 elabora toda uma estratégia ambiciosa de ocupação do território teoricamente pertencente à coroa espanhola que compreendia praticamente toda a região das guianas, abrangendo as bacias dos rios Orenoco, Negro, Parimé (Uraricoera), Tacutu e Essequibo. Antecipando às expedições planejadas por Centurión os padres capuchinos realizaram em 1772 uma desastrosa incursão que acaba com a morte de todos os padres nas margens do Rio Amajarí, afluente do Rio Uraricoera, chamado na época de Parimé (AMODIO, 1995).

Centurion inicia a organização de expedições à parte Sul da cadeia montanhosa de Pacaraima, sendo a primeira em 1772 que fracassa na metade do trajeto. A segunda expedição foi realizada em 1773 consegue alcançar o Rio Tacutu e até na boca do Rio Maú, onde acreditavam ter chegado ao mítico lago Parimé, já que a região encontrava-se totalmente alagada por ser época de chuva. No retorno da região do Rio Maú os espanhóis conseguem atrair alguns macuxís e os levam para serem aldeados com o objetivo de dar suporte para os três pequenos núcleos que fundam nas margens do Uraricoera, quais sejam: San Juan Bautista de Cada Cada localizada próxima à confluência dos rios Uraricoera com o Tacutu; Santa Barbara próxima à foz do Rio Amajarí no Uraricoera; Santa Roza de

Curaricara localizada junto à foz do Rio Uraricaá no Uraricoera, localizada no extremo Oeste da Ilha de Maracá (AMODIO, 1995). Além disto os freis capuchinos espanhóis instalaram duas pequenas missões: uma nas margens do Rio Amajari, próxima a Serra do Tepequém e outra com o nome de São Miguel próxima a extremidade leste da Ilha de Maracá, no Rio Uraricoera.

Tendo os portugueses sido alertados em 1775 desta expedição e da implantação de povoados espanhóis no Rio Uraricoera através de informações de Gervásio Leclerc um desertor do posto comercial e forte holandês de Arinda, no alto Rupununi, o governador Joaquim Tinoco Valente, ainda em 1775 enviou tropas sob o comando do capitão Felipe Sturm, engenheiro alemão a serviço do exército português, com duas missões: uma de destruir e expulsar os espanhóis dos estabelecimentos no Rio Uraricoera e outra de construir uma fortificação que pudesse evitar tanto a invasão do vale do Rio Branco pelos espanhóis como pelos holandeses e ingleses.

A terceira e última expedição enviada por Centurion em 1775 era comandada pelo cadete Antonio Lopez e visava consolidar a ocupação dos povoados implantados pela expedição anterior. Na incursão aos rios Mau e Pirara, ainda à procura do lago do eldorado e da montanha dourada, parte da expedição é morta por selvagens que aparentemente aliados dos holandeses. No retorno são interceptados e presos pelas tropas do capitão Felipe Sturm na confluência dos rios Tacutú e Uraricoera.

Sturm já tinha iniciado com sucesso e sem muita resistência a operação de desintrusão dos espanhóis daquela região, destruindo os núcleos implantados, tomando os armamentos, capturando e prendendo os militares e civis espanhóis além de alguns indígenas aldeados nestas povoações, sendo que todos os prisioneiros, espanhóis e indígenas, com exceção do cadete Antonio Lopes foram acorrentados e obrigados a trabalho forçado na construção do forte de São Joaquim, carregando terra com conchas de tartaruga, além de pedras. (AMODIO, 1995). O forte foi finalmente concluído e colocado em operação no ano seguinte, mas o conflito diplomático em função destes incidentes entre Portugal e Espanha durou ainda alguns anos.

O Forte de São Joaquim gerou a formação de alguns povoados em suas proximidades, compostos predominantemente por índios aldeados, dos quais podem ser

destacados: São Felipe, Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, Santa Isabel e Nossa Senhora do Carmo, atual Boa Vista.

Em 1766 o alferes José Agostinho Diniz comanda uma expedição militar que realiza levantamentos e explorações de toda a bacia do Rio Branco chegando até o Rio Maú, dali através das nascentes do Rio Rupununi entrou em contato com postos de comércio holandeses localizados neste rio.

D. José Linhares que vem a substituir a Centurion em 1777 elabora um gigantesco plano de defesa para a Província da Guayana com o objetivo da retomada territorial dos territórios ocupados pelos portugueses, chegando a ter no seu objetivo a conquista de todo o território brasileiro. Este plano foi abortado em função da assinatura em outubro de 1777 do Tratado de Santo Idelfonso entre Portugal e Espanha onde a proposição portuguesa de ter como limites o divisor de águas das serras do Parima e Pacaraima, acordado anteriormente em 1750, passa a valer, não tendo sido aceita a proposta espanhola de manter as localidades implantadas no Rio Uraricoera, encerrando assim esta longa disputa fronteiriça (AMODIO, 1995)

Em 1780 foi realizada uma nova expedição visando levantar informações da região, elaborar mapas, obter informações astronômicas e realizar inspeções sobre a influência dos holandeses na região, tendo sido designados para esta tarefa o capitão engenheiro Ricardo Franco Senna e o matemático Antonio Pires da Silva Pontes (SENNA, 1844).

Como as informações coletadas por Senna não foram consideradas consistentes as autoridades portuguesas decidiram em 1787 por uma outra inspeção, desta vez comandada pelo coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, que subiu os rios Branco e Uraricoera até a foz do Araricapará, gerando um extenso e completo relato de toda a situação social, econômica e militar do Rio Branco (ALMADA, 1787).

Em 1790 o porta bandeira real Francisco José Ribeiro Barata (BARATA, 1944), é incumbido em Belém do Pará de realizar uma expedição ao Suriname usando a rota pelos rios Amazonas, Negro, Branco, Tacutu, Pirara, Rupununi e Essequibo, atingindo a costa atlântica em Demerara, passando por Essequibe, localidades sob domínio inglês e Berbice sob domínio holandês, e daí se dirigindo a Paramaribo onde simbolicamente entrega uma carta de saudações dos judeus de Belém aos judeus portugueses de Paramaribo. A seguir

retorna pelo mesmo roteiro a Belém, demonstrando com isto que Portugal tinha domínio sobre todo o hinterland da grande ilha da Guiana.

É muito importante citar-se a expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano formado em Portugal nomeado em 1778 pela Rainha D. Maria I, para chefiar a comissão científica encarregada de empreender viagem pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. No fim de 1784 visitou Barcelos, para logo depois subir o rio Negro, parando em Moreira, Tomar, Lamalonga, Santa Isabel, São Gabriel e José de Marabitanas. Percorreu o rio Branco, subiu os rios Tacutú e Maú, chegando até a região do Pirara Novamente em Barcelos desceu o rio Negro, parando em Poiães, Carvoeiro, Moura e Airão, até chegar no dia 1º de Maio de 1788 ao Lugar da Barra, nas proximidades do Forte de São José do Rio Negro origem da cidade de Manaus. Esta expedição científica trouxe riquíssimas informações profusamente documentadas da bacia do Rio Branco além de uma minuciosa descrição da situação socioeconômica de toda a área (FERREIRA, 1885).

A partir da construção do Forte de São Joaquim em 1775 o processo de ocupação territorial começou a ser feito de uma maneira mais permanente, com a implantação de fazendas de gado, engenhos de açúcar e casas de farinha. A fazenda São Marcos foi fundada pelo comandante do Forte São Joaquim Sá Sarmiento, a fazenda São José pelo comerciante José Antonio Évora. Cabe ser ressaltado que estas propriedades eram particulares, não pertencendo ao rei como alguns equivocadamente consideram.

A partir desta época o processo de conquista da área Norte/Nordeste de Roraima teve sua intensificação. Os criadores de gado iniciaram a penetração na área rica de pastagens e começaram a surgir as primeiras fazendas. A interiorização desta atividade começou a atrair as populações indígenas localizadas nos vales dos principais rios, notadamente as que estavam aldeadas, sendo utilizada como vaqueiros ou simplesmente na agricultura de subsistência destas fazendas.

No final do século XIX e início do século XX, inicia-se a conquista do Norte/Nordeste de Roraima, processo denominado "Pata do Boi" tão comum no restante do país, onde o conceito era o de que uma terra sem gado é terra livre, não ocupada por ninguém, enquanto uma terra com gado é uma terra que tem dono. Conseqüentemente o

raciocínio era de que as terras ocupadas por indígenas sem gado poderiam ser ocupadas porque estavam livres.

Esta conquista territorial foi consolidada em consequência do êxodo de mais de 500.000 nordestinos para a Amazônia fugindo da grande seca que assolou o Nordeste em 1877. Parte deste contingente foi assentado pelo Império Brasileiro na faixa de fronteira de 10 léguas, visando o seu rápido povoamento e conseqüentemente sua vigilância e defesa (Lei 601 de 18/09/1850). Isto explica que a atual população de Roraima tenha avós e bisavós cearenses, riograndenses do norte e paraibanos, todos de origem rural. Em 1885, Henri Coudreau em suas viagens pela região dos vales dos rios Branco e Tacutu detectou a existência de 32 fazendas (COUDREAU, 1886).

### **A importância estratégica / militar atual das fronteiras roraimense**

A partir de 1843 iniciou-se a discussão relativa à fronteira de Roraima com a então Guiana Inglesa, onde a Inglaterra pretendia a anexação de extensa área compreendida pelas bacias dos rios Pirara, Maú e Cotingo. O império brasileiro concordou em neutralizar a região contestada e em 1901 Joaquim Nabuco negociou com os ingleses uma solução através do arbítrio internacional. Em 1904 o rei italiano Vitor Emmanuel III arbitrou para o Brasil 13 550 Km<sup>2</sup> e para a Inglaterra 19 630 Km<sup>2</sup>. Esta decisão foi ratificada em 1926 pelo “Acordo de Londres” (RIO BRANCO, 1945).

Quanto às fronteiras com a Venezuela, diversas tentativas foram feitas para a sua demarcação. A primeira foi entre 1879 a 1884, quando o Tenente Coronel Francisco Lopes de Araújo, “Barão de Parima” iniciou o processo, mas as condições insalubres das áreas atravessadas fizeram com que a missão fracassasse. Em 1912 foi retomada a questão com a montagem de comissão mista Brasil – Venezuela, que também não conseguiu complementar o trabalho com sucesso. Na década de 30 o Comandante Dias Brás de Aguiar, em nova comissão mista Brasil – Venezuela delimita a fronteira, ainda que de uma forma muito rudimentar (REIS, 1948). A partir de trabalhos após a década de 70, através da Comissão de Fronteiras iniciou-se o adensamento dos marcos fronteiriços e assim pudemos ter uma melhor idéia dos limites do Brasil com a Venezuela, principalmente na região das serras Parima e Pacaraima. Nos anos 90 a CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos

Minerais executou um exaustivo trabalho de campo, aerofotogrametria e posicionamento por satélites que gerou como produto um mapa realista da atual linha de fronteira entre estes dois países, sendo que o ajuste fronteiriço ficou por volta de 4 000 quilômetros a favor da Venezuela (AGOSTINHO, 2001).

Sob o ponto de vista estratégico e militar, a posição do Estado de Roraima é decisiva em termos de potenciais conflitos de âmbito regional. Como exemplo ilustrativo é o da área litigiosa entre a Venezuela e Guiana, na Região do Essequibo, onde no início da década de 60 a Venezuela solicitou para o General Euclides Figueiredo, comandante do Comando Militar da Amazônia por duas vezes a utilização do território brasileiro (BV8 - Surumú - Contão - Normandia) para passagem de tropas blindadas. Este pedido visava a invasão da referida área da Guiana, tendo na época a negativa do Governo Brasileiro. (Revista Veja 12/4/1963). Este caminho seria obrigatório para tal tipo de operação em função à grande barreira montanhosa e selva densa existente na fronteira Sul da Venezuela com a Guiana, e também devido à inacessibilidade de desembarque de equipamentos pesados na costa guianense, composta quase que basicamente por largos estuários (rios Kaituma, Waini e Essequibo) com uma extensa área de manguezais e alagadiços, além de importante base aeronaval com um futuro projeto de instalações para lançamento de foguetes com colaboração norte americana na foz do Rio Essequibo (AGOSTINHO, 2001). Em 1969 tivemos a Revolta do Rupununi, no Sul da Guiana, um movimento armado preparado por fazendeiros com o apoio velado da Venezuela, com objetivo de criar um novo país na região, tendo o interesse da Venezuela em pretender com isto a recuperação territorial da denominada “Zona en Reclamación”. A Venezuela forneceu armamentos em sua maioria de origem norte-americana, possivelmente descartados da fracassada invasão da Baía dos Porcos em Cuba, no ano de 1961 e adquiridos no mercado negro de armas.

A Revolta contou com a participação criadores de gado do Rupununi, sendo que depois de dois dias de iniciado o movimento presidente da Guiana Forbes Burnhan inicia violenta reação do governo guianense sufocando o movimento armado, o que fez com que alguns fazendeiros, acompanhados por um grupo de índios refugiam-se na Venezuela na condição de exilados. Outros foram capturados pela Guyana Defense Force, e alguns poucos fugiram para o Brasil. Durante este conflito o Exército Brasileiro capturou em território nacional

junto à fronteira com a Guiana diversas armas, munições e veículos utilizados pelos revoltosos além de um pequeno avião repleto de armamentos. A preparação, a organização, o desfecho e o fracasso do movimento explicam relações políticas e sociais tensas entre a Venezuela e a Guiana, fazendeiros e índios, bem como revelam disputas étnicas conseqüentes da colonização britânica no país ( SILVA, 2006).

Em setembro de 1993, notícias de movimentos de tropas americanas na fronteira Brasil – Guiana próximo às corredeiras do Ourindaque detectados por aviões brasileiros que atendiam a garimpos na região (SIMÕES, 1993), complementadas por informes da área de inteligência, do Centro de Informações do Exército - CIEX e pela embaixada brasileira em Georgetown, descobriu-se que o Comando Sul dos EUA estava prestes a realizar, sem prévio aviso ao Brasil, uma manobra com 600 homens na Guiana, perto da fronteira, entre as corredeiras de Ourindaque no Rio Maú na região de Uiramutã, e a Serra Cuano-Cuano, defronte Bonfim, o que gerou por parte do Brasil a montagem e a deflagração de uma grande operação militar denominada Operação Surumú, tendo como Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), o general de Exército José Sampaio Maia, ex-comandante do CIGS em Manaus, e o general de Brigada Luiz Alberto Fragoso Peret Antunes.

Os rios Maú, Tacutu e Uraricoera foram intensamente patrulhados por soldados brasileiros, aviões de caça fizeram dezenas de vôos rasantes nas fronteiras do Norte, o Exército Brasileiro também participou com a sua aviação de helicópteros, que contou com 350 homens do 1º, 2º e 3º esquadrões, trazendo inúmeros helicópteros de combate sendo 15 Pantera (HM-1) e 4 Esquilos, que fizeram um total de 750 horas de vôo. Vieram também cerca de 150 pára-quedistas militares e tropas treinada em guerra na selva. A Marinha e a Força Aérea contribuíram com um número não declarado de homens, navios e aeronaves. O Exército desencadeou a Operação Surumu em parceria com a FAB, despejando e entrincheirando 5.300 pára-quedistas e homens das forças especiais em Roraima, ao mesmo tempo em que o espaço aéreo fronteiriço era percorrido por dezenas de vôos de patrulha. Tudo isto serviu para demonstrar a qualquer possível adversário a capacidade nacional de levar todo esse dispositivo militar a Roraima em tempo recorde, tanto que para isto três aviões da Varig e da Vasp foram requisitados no transporte de um terço da tropa. Desta



forma, a Operação Surumu pôde coincidir com a presença das forças americanas a 300 km dali, sem nenhum atraso (CRUZ & MATHIAS, 2009).

## **Conclusões**

Roraima evoluiu muito desde o tempo de um simples distrito de Moura, passando a Território Federal do Rio Branco e chegando a Estado após 1988, bem como deixou de ser considerado como uma pequena ilha do grande arquipélago amazônico para ser um centro formador de fronteira dentro de uma nova visão geoestratégica desenvolvida a partir dos anos 60 pela Escola Superior de Guerra (SILVA, 1981). Neste contexto o Roraima teve grandes investimentos em infraestrutura durante os governos militares, tanto em rodovias como principalmente na implantação da capital Boa Vista, uma cidade planejada e de agradável aspecto.

Em função da sua privilegiada localização geoestratégica Roraima atualmente está se tornando o portão de entrada e saída para a Amazônia Ocidental e toda a sua interlândia circundante, fato este reconhecido pelo macrozoneamento da Amazônia realizado em 2010 - 2011 pelo MMA com assessoria dos estados amazônicos (BRASIL, 2011). Dentro deste estudo, Roraima teve o seu valor locacional valorizado, definido através de uma unidade denominada de Corredor de Integração Amazônia Caribe. A principal característica dessa unidade é sua posição geopolítica regional, com maior conectividade econômica, social e cultural com o Caribe. As estratégias propostas para esta Unidade Territorial estão intimamente relacionadas às características físico-bióticas e ao processo de ocupação do estado de Roraima. Com isto o Estado deixa de ter a característica no passado de estar mais voltado para o exterior do que para o Brasil, estando agora apto para realizar agora a função de entrada e saída beneficiando as trocas entre o Brasil e os países do Norte e Nordeste da América do Sul.

## Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Jaime de. **Subsídios à discussão de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Roraima**. 2001. 334p. Tese (Doutorado em Ciências) FFCLH USP: 2001 Disponível em: [www.ecoamazonia.org.br](http://www.ecoamazonia.org.br). Acesso em: 26, julho, 2015.

AGUIAR, Braz Dias de. **Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa - Comissão Brasileira Demarcadora de Limites 1ª Divisão**. Rio de Janeiro RJ: IBGE, 1943.182p.

AMODIO, Emanuelle . El dorado ilustrado: las expediciones españolas al Parime (Guayana) – 1770 – 1777 – **Revista de Indias – janeiro-abril 1995 – Vol. LV** – Madrid, Espanha, Ibucion de Publicaciones del C.S.I.C. 1995.

BALDWIN, Richard. **The Rupununi Record** – Barbados , B.W.I The Barbados Advocate Company Limited ,1946

BARATA, Francisco José Ribeiro. **Diário da viagem ao Surinam – 1790** – Contribuição do Governo do Pará ao Xº Congresso Brasileiro de Geografia - Belém , PA Gráfica Revista da Veterinária ,1944.

BERRIO, Antonio. **“Carta al Rey de España” (1585) – En Pablo Oier, La Formación del Oriente venezolano**, Caracas, Venezuela , Ed. UCAB,1966.

BRASIL. **Macrozoneamento da Amazônia Legal – Estratégia de transição para a sustentabilidade**. Brasília DF: MMA, 2011.164p. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/225/\\_arquivos/macrozee\\_\\_\\_proposta\\_preliminar\\_para\\_consulta\\_26\\_jan\\_225.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/225/_arquivos/macrozee___proposta_preliminar_para_consulta_26_jan_225.pdf) Acesso em: 12, julho, 2015.

COUDREAU, Henri Anatole. **Voyage au Rio Branco, aux Montagnes de la Lune, au haut Trombetta (Coudreau 1886)** Rouen: Imprimerie de Espérance Cagniard. 1886.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos & MATHIAS, Suzeley Kalil. **Desafios dos serviços de inteligência das forças armadas: A projeção de cenários como subsídios à capacidade de pronta resposta e à estimativa dos prazos críticos de mobilização** – Franca, SP, 2009. Disponível em:

<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Desafios%20dos%20servi%C3%83%C2%A7os%20de%20intelig%C3%83%C2%Aancia%20das%20for%C3%83%C2%A7as%20armadas.pdf> . Acesso em 26, julho, 2015.

FERNANDES\_Joao\_Azevedo. **Selvagens bebedeiras: Álcool, embriaguez e contatos culturais no Brasil colonial**. Tese Doutorado Universidade Federal Fluminense Niterói RJ 2004. disponível em:

[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2004\\_FERNANDES\\_Joao\\_Azevedo-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2004_FERNANDES_Joao_Azevedo-S.pdf). Acesso em 26, julho, 2015.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro – **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil, 1885, 48(1):1-234; 1886, 49(1)123-288; 1887, 50(2): 11-141; 1888, 51(1):5-166**. Rio de Janeiro, RJ, 1885 a 1888.

ISHMAEL, Odeen. **History of the Republic of Guyana** Georgetown, GY, Guyana Org , 2012 disponibilizado em <http://www.guyana.org/history.html>. Acesso em 26, julho, 2015.

LOBO D'ALMADA, Manoel da Gama. Descrição relativa ao Rio Branco e seu território – 1787 - **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil , Vol XXIV: 617-673** – Rio de Janeiro, RJ, 1861.

MANN, Charles. **1493 – Como o intercâmbio entre o novo e o velho mundo moldou os dias de hoje** , Campinas SP, Verus Editora 2012.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **Os Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos de Relações Internacionais** - Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – São Paulo, SP ANPUH– julho, 2011

RALEIGH, Sir Walter. **El descubrimiento del grande, rico y bello império de guayana – 1596** Tradução de Antonio Requena Juvenal Herrera – Caracas – Venezuela Editor Ediciones Juvenal Herrera, 1986.

RAMINELLI, Ronald. **Depopulação na Amazônia Colonial.** Anais XI Encontro Nacional de estudos populacionai da ABEP, Caxambu, MG, 1998 disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/RaminelliABEP.pdf>. Acesso em 26, julho, 2015.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a Cobiça Internacional.** São Paulo SP, Cia Editora Nacional, 1960.

REZENDE, Tadeo Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras** - Tese apresentada na FFLCH – USP – São Paulo, SP, 2006, disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/pt-br.php> Acesso em 15,agosto, 2015.

RIO BRANCO, Barão. **Questões de limites Guiana Britânica – Vol. II – Obras completas do Barão don Rio Branco** - Rio de janeiro, RJ – Ministério de Relações Exteriores, 1945.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **As viagens do Ouvidor Sampaio (1744 – 1745)** – Fac símile de documento editado pela Typographia da Academia com licença de S.Magestade – Lisboa 1825 – – Manaus, AM , Associação Comercial do Amazonas - Fundo Editorial, 1985.

SENNA, Ricardo Franco. Documento oficial sobre o Rio Branco ou Parima – 1780 – **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Tomo VI nº 21** Rio de Janeiro, RJ, 1844.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. **A Revolta do Rupununi : uma etnografia possível** - Tese de Doutorado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH UNICAMP Campinas, SP, 2006.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**, Rio de Janeiro, J.Olympio, 1981

SIMÕES, Izidro. **1993 - "OPERAÇÃO SURUMU" - O dia em que o Brasil quase entrou em guerra em Roraima.** disponível em:  
<http://oberrodaformiga.blogspot.com.br/2008/09/1993-operao-surumu-o-dia-em-que-o.html>  
Acesso em 15, agosto, 2015.